



# Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso

*Jean-Jacques Courtine*

University of Auckland (New Zealand)

TRADUÇÃO:

Flávia Clemente de Souza - Universidade Federal Fluminense e  
Márcio Lázaro Almeida da Silva - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Este texto responde a dois objetivos: (1) delinear alguns elementos teóricos e metodológicos essenciais para um conjunto de trabalhos recentes em Análise do Discurso (que denominaremos doravante por AD) (COURTINE, 1979; 1981; COURTINE e LECOMTE, 1980; COURTINE e MARANDIN, 1982); (2) dar conta do funcionamento destes elementos, por meio de um projeto cuja abordagem está baseada nos trabalhos de AD, o qual tem por objeto um *corpus* de discurso político (COURTINE, 1981) e indica o tipo de resultados para os quais suas orientações podem conduzir.

## 1. OBSERVAÇÕES INTRODUTÓRIAS

1.1 De início destacaremos as teses que articulam a concepção que apresentamos aqui.

- (1) Há uma ordem do discurso, a qual designamos como *materialidade discursiva*, distinta da ordem da língua.
- (2) A materialidade discursiva consiste em uma relação determinada entre a língua e a ideologia.

Nós precisaremos estas duas propostas - no espírito das formulações do M. Pêcheux (1975) - e avançaremos no sentido de que o discursivo materializa o contato entre o ideológico e o linguístico, na medida em que ele representa no interior da língua os efeitos das contradições ideológicas e onde, inversamente, manifesta a existência da materialidade linguística no interior da ideologia. Isso provoca, no nosso ponto de vista, as seguintes consequências:





- (a) O discurso como objeto deve ser pensado na sua *especificidade*. A adoção de uma concepção especificamente discursiva deve evitar, se é verdade que o discurso pode ser pensado como uma relação entre o linguístico e o ideológico, reduzir o discurso à análise da língua ou lhe dissolver dentro da perspectiva histórica sobre a ideologia como “representação”. Pelo contrário, se trata de manter a análise linguística, da qual certos procedimentos – notadamente sintáticos – fornecem a linguagem de descrição e a técnica de manipulação de sequências discursivas, e, por outro lado, a análise histórica das condições de formação dos conjuntos ideológicos como discurso. E com isso levar em conta a materialidade discursiva como objeto próprio, isto é, que produz seu lugar de posições teóricas.
  
- (b) Tais proposições teóricas devem conduzir ao estabelecimento dos procedimentos que venham a realizar a montagem instrumental, sob a forma de um dispositivo num campo metodológico. A materialização a partir de procedimentos determinados de um corpo de proposições teóricas visando ao discurso como objeto de conhecimento dá ao discurso uma concepção de objeto empírico-concreto ou objeto real. Esta é a condição à qual as expressões “o objeto da análise do discurso”, ou ainda “o discurso como objeto” podem ser empregadas.

Acrescentemos que a construção de tais dispositivos é também uma condição de explicação das proposições teóricas, na medida em que uma montagem instrumental faz dessas proposições uma representação transformada que as ressaltam<sup>1</sup>. É, por fim, uma condição de reprodutibilidade e de falseabilidade de uma problemática.

1.2 A AD trabalha assim um objeto inscrito *na relação da língua com a história*. Nós gostaríamos, a este respeito, de enfatizar que nos parece que os estudos de AD em que se faz tal relação constituem uma importante aquisição teórica: o conceito de *formação discursiva*, por um lado, e a distinção entre *processos discursivos* e *base linguística* por outro.

Se os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso, a língua, pensada como uma instância relativamente autônoma, é o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido. É o que P. HENRY (1975:94) poderia assim formular:

---

<sup>1</sup> *Nota do tradutor:* Courtine utiliza, entre aspas, a expressão “fait voir”, que pode ser traduzida como “show” ou “espetáculo”.





A noção de autonomia relativa da língua caracteriza a independência de um nível de funcionamento do discurso em relação às formações ideológicas<sup>2</sup> que se encontram articuladas, nível de formação relativamente autônomo, do qual a linguística faz sua teoria (...) Em outros termos, propomos que todo discurso “concreto” é duplamente determinado, por um lado pelas formações ideológicas que relacionam estes discursos às suas formações discursivas<sup>3</sup> definidas, por outro lado pela autonomia relativa da língua, mas propomos que não é possível traçar *a priori* uma linha de demarcação entre o que pertence a uma ou outra dessas determinações.

A distinção entre base linguística e processos discursivos/ideológicos decorre da tese colocada acima, a de que essa base faz da relação do linguístico com o ideológico a própria materialidade do discursivo: ela pode autorizar assim levar em conta as relações de antagonismo, aliança, recuperação, absorção... entre as formações discursivas relevantes de formações ideológicas determinadas e exprimir, assim, o fato de que dentro de uma dada conjuntura da história de uma formação social, caracterizada por um estado de relações sociais, os sujeitos falantes, naquele momento da história, pudessem concordar ou discordar do sentido a dar às palavras, falar diferentemente, ao falar a mesma língua.

Um ponto se coloca em foco aqui. A categorização de instância ideológica (formações ideológicas, funções discursivas...) que nos permite aqui representar “o exterior da língua” se inscreve na perspectiva do trabalho althusseriano a respeito das ideologias. O desenvolvimento desta posição em AD poderia assumir a forma incisiva do projeto de uma “teoria do discurso” (PÊCHEUX, 1975), da qual nós queremos apartar nosso trabalho.

A referência a essa expressão retorna com efeito, no campo da AD, a uma posição teoricista que consistia em dar impulso à “articulação teórica” de três “regiões de conhecimento”: o marxismo; uma teoria freud-lacaniana do sujeito; e, finalmente, a Linguística. Resumindo, uma versão “de esquerda” do ectoplasma interdisciplinar que assombra as ciências humanas e sociais.

---

2 Falaremos em formação ideológica para caracterizar um elemento susceptível de intervir como uma força confrontada a outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em determinado momento; cada formação ideológica constitui assim complexo conjunto de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas que se relacionam mais ou menos diretamente com as posições de classe em conflito umas em relação às outras. (PÊCHEUX et coll, 1971: 102).

3 As formações ideológicas comportam, como um dos seus componentes, “uma ou várias formações discursivas inter-relacionadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.), a partir de uma posição dada em uma conjuntura...” (PÊCHEUX e FUCHS, 1975:11). Nós retomaremos adiante o conceito de formação discursiva.





Convém aqui lembrar aqui que uma interdisciplinaridade orgânica não pode se constituir pela justaposição de disciplinas que, por suposição, contêm *a priori* elementos de rigor científico susceptíveis de esclarecer um problema determinado, a propósito do qual cada uma delas assumiria seus “pontos de vista” com algumas diferenças, mas provavelmente complementares, e isso pela simples razão de que, no caso de que nos ocupamos, o discurso não constitui em nada um objeto para as três “regiões de conhecimento” em questão. Muito pelo contrário, é o trabalho teórico-prático do discurso como objeto (isto é, o trabalho da contradição entre o objeto real e objeto de conhecimento) que faz surgir a referência à articulação interdisciplinar neste objeto, atribuindo-lhe um conteúdo e uma configuração precisa. Em suma, a posição teoricista consistiu em *substituir o trabalho necessário a uma contradição enunciada pela sua resolução teórica*, isto é, supor o problema teoricamente resolvido praticamente antes de ter sido posto.

Estas observações levantam a questão da intervenção do marxismo no campo da AD; se esta última tenta apreender os objetos históricos que atravessam a luta de classes, se qualquer discurso concreto materializa uma posição determinada na luta ideológica, é então possível sustentar que o sentido da referência ao marxismo, no campo da AD, há de vir da evocação *do primado da contradição sobre seus contrários* bem como do *caráter desigual<sup>4</sup> da contradição* (ALTHUSSER, 1975: 148). É a partir deste duplo princípio que se deve conceber o recurso ao marxismo em nosso trabalho: a contradição se constitui um *elemento teórico* que intervém na representação do real histórico, mas também é um *objeto de análise*, no sentido em que a existência de uma contradição desigual entre formações discursivas antagônicas é uma das modalidades discursivas que são objeto deste estudo.

Acrescente-se, finalmente, que encontramos, em *Arqueologia do Saber*, um reflexo do lugar central em que deve se colocar a questão da contradição na ordem do discurso:

“Tal contradição, longe de ser aparência ou acidente do discurso, longe de ser aquilo de que é preciso libertá-lo para que ele libere, enfim, sua verdade aberta, constitui a própria lei de sua existência: é a partir dela que ele emerge; é ao mesmo tempo para traduzi-la e superá-la que ele se põe a falar; é para fugir dela, enquanto ela renasce sem cessar através dele, que ele continua e recomeça indefinidamente, é por ela estar sempre aquém dele e por ele jamais poder contorná-la inteiramente que ele muda, se metamorfoseia, escapa de si mesmo em

---

4 Nota do tradutor: Courtine se utiliza do termo “négal”, entre aspas, cuja definição não se encontra nos dicionários de francês. A partir do contexto da citação, com referências a Althusser, empregamos o termo desigual, que no francês seria traduzido por inégal.





sua própria continuidade. A contradição funciona, então, ao longo do discurso, como o princípio de sua historicidade.” (Foucault, 1969: 197).

## 2. DEFINIÇÃO DE UM PROJETO DE ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO

Este projeto é duplo: (1) produzir a análise de uma formação discursiva (doravante FD) a partir de algumas linhas teóricas que apenas esboçamos; (2) trazer uma reflexão que ponha em xeque as condições de possibilidade teórica de uma AD<sup>5</sup>.

2.1 As descrições adiante foram obtidas a partir da observação de um *corpus* particular de discurso político: o discurso do Partido Comunista Francês, mais precisamente o *discurso comunista endereçado aos cristãos* – a “política de mão estendida” aos cristãos – de 1936 a 1976. O discurso comunista é um objeto clássico de estudo em AD, mas os trabalhos resultantes dificilmente atendem ao ponto de vista aqui desenvolvido. Como, de fato, este discurso foi caracterizado?

Seja, e um trabalho recente de LABBE (1977) vem a ser um exemplo, como um bloco de imobilidade, fechando uma área de repetição, que apreende o sujeito falante nas malhas da lógica sem falha de uma “gramática ideológica”, em suma, como um conjunto de discurso isolado e fechado em si mesmo. Seja, ainda, e aqui na tradição da análise sociolinguística do discurso (por exemplo, em MARCELLE-SI, 1976), como um conjunto diferenciado, puramente “contrastivo”, se definindo por proximidade ou por desvio de outros tipos de discurso, em uma “dialetologia política” que se apega a assinalar as fronteiras de classificação entre diferentes tipos.

Essas tentativas representam, a nosso ver, duas modalidades que não abrangem o discurso como objeto, o que as conduziria, da nossa perspectiva, a duas interpretações errôneas do conceito de FD: uma FD não é “um único discurso para todos”, nem é “a cada um o seu discurso”, mas deve ser pensada como “dois (ou vários) discursos em um só.” Duas modalidades diferentes de um mesmo esquecimento: aquele da contradição como princípio constitutivo de toda FD.

---

5 Reunimos neste texto os elementos teóricos essenciais deste projeto, assim como os tipos de descrição e os resultados a que ele pode conduzir. Para uma descrição mais detalhada do corpus tomado como objeto, nós remetemos o leitor a um texto recente, citado na bibliografia (COURTINE, 1981).



Consideramos assim uma FD como uma *unidade dividida*, uma heterogeneidade em relação a si mesma: o encerramento de uma FD é fundamentalmente instável, ele não consiste em um limite traçado separando de uma vez por todas um interior e um exterior do seu saber, mas se inscreve entre diversas FD como *uma fronteira que se desloca* em função das questões da luta ideológica.

Isso nos levará adiante a considerar uma redefinição teórica do conceito de FD; podemos, no entanto, identificar desde já os elementos desenvolvidos até agora, que se constituirão em tarefa prioritária para AD: em vez de caracterizar separadamente ou diferencialmente as FDs, será preciso identificar *as modalidades de contato* entre FD dentro de formações ideológicas que unem e dividem ao mesmo tempo uma contradição desigual; será preciso caracterizar os efeitos discursivos da hegemonia ideológica, colocando em evidência as formas segundo as quais no interior de uma FD “dominada”, os elementos pré-construídos produzidos no exterior dela mesma são “interiorizados”, isto é, acolhidos, absorvidos, reconfigurados ou, ao contrário, negados, ou mesmo ignorados...

2.2 A segunda aba do projeto reside no desenvolvimento de uma reflexão que questiona as condições de possibilidade de uma AD, propondo um exame crítico das noções e procedimentos que constituem a aparelhagem conceitual e metodológica daquela; mas avançando igualmente sobre cada um dos itens apresentados para consideração, uma redefinição teórica dos elementos criticados; e, finalmente, construindo os procedimentos que tornam operativas as redefinições examinadas e que garantem assim que não possamos ser acusados de não sermos capazes de substituir.

Tal abordagem se ancora essencialmente sobre as seguintes zonas do trabalho em AD:

- (1) A noção de condições de produção do discurso e as operações de constituição de um *corpus* discursivo.
- (2) A seleção de palavras-chave ou palavras-pivô fundamentais na definição de entradas de um tratamento.
- (3) Uma conceituação da relação enunciado/enunciação em AD.

### 3. ETAPAS A SEREM SEGUIDAS PARA A ANÁLISE DE UM PROCESSO DISCURSIVO

#### 3.1. Elementos críticos

- (a) *A noção de condições de produção do discurso e as operações de constituição de um corpus discursivo.*



A noção de condições de produção do discurso regula, em AD, a relação entre a materialidade linguística de uma sequência discursiva e as condições históricas que determinam sua produção; ela funda, assim, os procedimentos de constituição de *corpus* discursivos (conjunto de sequências discursivas dominadas por um determinado estado, suficientemente homogêneo e estável, das condições de produção do discurso).

Esta noção, no entanto, frequentemente é conhecida como uma *definição sincrônica* ou tende a ser confundida com o que os linguistas denominam “situação de enunciação”. Ela também pode ser também o lugar de *confusão* entre as determinações de ordem psicológica (as representações subjetivas de uma situação de comunicação ligadas ao aspecto “vivido” ou “evento” de um “ato de discurso” em presença dos locutores) e as determinações propriamente históricas que presidem à produção como *efeitos* dos discursos enunciados pelos sujeitos; resumidamente, uma inversão imaginária do real histórico.

Tudo isso não é isento de consequências quanto à confecção de *corpus* discursivos: as FDs identificadas sobre esta base são conjuntos de discurso *sem memória* no sentido do já-dito, e principalmente de elementos *pré-construídos* (HENRY, 1975; PÊCHEUX, 1975), de que a produção de uma sequência discursiva por um sujeito enunciador se sustenta, está ausente do plano de constituição do *corpus* discursivo. Os discursos sem memória e, nós assinalamos acima, ao abrigo da contradição, no sentido de que uma única FD – ou, na melhor das hipóteses, duas FDs, projetadas como dois universos paralelos e justapostos de discurso – se encontram representadas no *corpus*.

(b) A seleção de palavras-chave e definição de entradas de tratamento

Este procedimento consiste em escolher por diversos meios (hipóteses formuladas *a priori* sobre a importância desta ou daquela palavra em tal conjunto de discursos; considerações de ordem estatísticas sobre a frequência de tal item ...) um conjunto de termos que se comportam como lista de entradas de um tratamento, a partir do qual serão feitos vários tipos de cálculos ou de manipulações (índices de recorrência de tal forma; análise de co-ocorrências; constituição de classes distribucionais de equivalência...).

As contagens de palavras vêm de uma ótica pré-sintática que ignora o funcionamento do discurso como materialidade linguística, que não pode senão levar a uma *demografia discursiva* que será, na melhor das hipóteses, apenas indicativa. As escolhas efetuadas *a priori* são a forma não controlada de uma redescoberta dos “juízos de conhecimento do analista” (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 1979)







sobre a importância a conferir para tal elemento-pivô e sobre a posição efetiva, descrita sintaticamente, desse elemento no “domínio do saber”<sup>6</sup> de uma FD.

Antecipemos um pouco, com relação à exposição de procedimentos que nós propomos a seguir, a solução que vamos adotar: uma vez que a questão é remarcar “temas do discurso”, nós escolhemos constituir uma base formal – isso quer dizer sintáticas – para esses procedimentos de rastreamento, para, a partir destas estruturas sintáticas, tecermos a hipótese de que elas podem de fato atribuir a um elemento lexical determinada interpretação: “tema do discurso”. Eis aí a razão para recorrermos às estruturas de sentenças clivadas, pseudo-clivadas e pseudo-clivadas invertidas, do tipo:

$$\left\{ \begin{array}{l} \text{É X QU P} \\ \text{Aquele QU P é X} \\ \text{X é aquele QU P} \end{array} \right\}$$

uma vez que elas constituem uma base formal de localização e identificação de um elemento X do discurso.

(c) O tratamento da relação enunciado/enunciação em AD

A noção de enunciado não tem estatuto teórico na AD, onde muitas vezes significa a realização de uma sentença de superfície, ou ainda uma sucessão de frases (“enunciações seguidas”) cujas leis de encadeamento têm sido até agora pouco estudadas.

O enunciado, por vezes, figura como uma proposição lógica, “átomos” de discurso da tradição logicista, cujas combinações produzem o texto. Acontece também que podemos adicionar a ele um suplemento pragmático destinado a fazer um “ato de discurso”<sup>7</sup>.

Parece-nos urgente diferenciar o enunciado do domínio das demais problemáticas da língua ou da lógica, e lhe atribuir uma concepção especificamente

6 Este termo será definido adiante (no item 3.2 a)

7 No que concerne à redefinição da relação entre enunciado e enunciação que vamos propor adiante (cf. 3.2 a) e b)), queremos enfatizar que este é um dos pontos onde a releitura de *A Arqueologia do Saber* nos pareceu particularmente fecunda. Foucault coloca a relação assim: podemos falar do enunciado em si, ou de suas várias enunciações distintas. “A enunciação é um evento que não se repete. Ela tem uma singularidade situada e datada de modo que não podemos reduzir.” (Foucault, 1969: 134). O enunciado, por oposição, está ligado à noção de *repetição*. Se neutralizarmos a enunciação, seu tempo e seu lugar, o sujeito que a realiza e as operações que o sujeito usa, “são o que se destaca, é uma forma que é *indefinidamente repetível* e pode dar lugar para as enunciações mais dispersas”.





discursiva, como Foucault (1969: 111) nos convida a fazer ao nos lembrar que o enunciado não é nem uma frase, nem uma proposição lógica... nem, acrescente-se a mais, um ato de linguagem.

Na tradição de uma “linguística da fala”, o enunciado também se inscreve em uma oposição bipolar com a *enunciação*. A recuperação desta última noção em AD colocou o sujeito do discurso em um modelo de produção de sequências discursivas a partir de frases de base pelo viés das regras gramaticais (transformações) que se sobrepõem, com o estatuto de “operações de enunciação”, de um conteúdo psicológico. Ao ligar a assimilação das condições de produção do discurso a de simples circunstâncias “situacionais”, ela contribui para operar a *psicologização espontânea* de determinações especificamente históricas do discurso que sinalizamos anteriormente.

É necessário, portanto, a nosso ver, retirar a enunciação de uma problemática centrada sobre o sujeito e suas operações para tentar pensar, por meio da descrição de posições de sujeito (esta noção é explicada adiante) em uma FD, o processo de assujeitamento, pelo qual um indivíduo é constituído em sujeito de seu discurso.

### 3.2 *Alguns elementos de redefinição teórica*

Este conjunto de críticas conduz à elaboração de um quadro teórico onde o problema inicialmente colocado pode ser tratado; deste quadro teórico, destacamos aqui dois recursos: (1) o estabelecimento de dois níveis fundamentais na descrição de um FD: o do *enunciado* e o da *formulação*; (2) o primado atribuído a um elemento teórico central: o *interdiscurso*.

#### a) *O nível do enunciado: descrição do interdiscurso de uma FD*

Nós avançaremos na proposta de que é no interdiscurso de uma FD<sup>8</sup>, como articulação contraditória de FD e de formações ideológicas, que se constitui o *domínio do saber* próprio desta FD. A contradição é primária, constitutiva da FD: os objetos, ou elementos do saber, são formados depois.

O domínio do saber de uma FD funciona como princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações (ele determina “o que pode e deve ser dito”) ao mesmo tempo em que como o princípio da exclusão do não formulável.

---

8 O termo *interdiscurso* (assim como o termo *intradiscurso*, utilizado adiante) é emprestado de Pêcheux (1975) e re-trabalhado a partir de definições que ele lhes deu.



Ele realiza assim o fechamento de uma FD, fronteira cuja instabilidade, tal como antes, enfatizamos.

O interdiscurso de uma FD deve assim ser pensado como um processo de reconfiguração incessante pelo qual o saber de uma FD é conduzido, em função das posições ideológicas que esta FD representa em uma conjuntura determinada, a incorporar os elementos pré-construídos produzidos no exterior dela mesma, para gerar sua redefinição ou retorno; para suscitar também a retomada de seus próprios elementos, a organizar a repetição, mas também para lhe provocar, eventualmente, seu apagamento<sup>9</sup>, esquecimento ou mesmo sua degeneração. O interdiscurso de uma FD, como instância de formação/repetição/transformação dos elementos do saber daquela FD, pode ser referido como *aquela que rege o deslocamento de suas fronteiras*.

Chamamos enunciado ([E]) os elementos do saber próprios a uma FD. Nós concebemos o enunciado como uma forma, ou um esquema geral, que governa a “repetibilidade” no seio de uma *rede* de formulações.

Uma rede de formulações consiste em um conjunto estratificado ou desnivelado de formulações, que constituem a mesma quantidade de reformulações possíveis de [E]. O que chamamos de estratificação ou desnivelamento de formulações refere-se à dimensão vertical (ou interdiscursiva) de um [E] como rede de formulações. É nestas redes que se estabiliza a referência dos elementos do saber: os objetos do discurso são formados ali como pré-construídos, os [E] os articulam.

É também a este nível de constituição do enunciado como elemento do saber, sob a dominação do interdiscurso, que deve estar situada a instância do *sujeito universal* (ou sujeito do saber próprio a uma FD, doravante SU), referindo-se ao lugar de onde se pode enunciar: “todo mundo sabe / vê / diz / entende que...” para cada sujeito falante que venha a enunciar uma formulação a partir de um lugar inscrito na FD. O saber próprio a uma FD é assim formado pelo conjunto de afirmações referentes ao SU e marca bem que o enunciável se constitui como exterior ao sujeito que enuncia.

- b) O nível da formulação: descrição do intradiscurso de uma sequência discursiva

---

<sup>9</sup> *Nota do tradutor:* em francês, o autor usa o verbo reflexivo *effacer*, que em sentido literal seria “quase desaparecer, sumir deixando marcas”.





Denominamos por [e] uma *formulação*, isto é, uma sequência linguística (de dimensão sintagmática inferior, igual ou superior a uma frase) que é uma reformulação possível de [E] no seio de uma rede de formulações e que vem marcar a presença de [E] no intradiscurso de uma sequência discursiva dominada por uma FD na qual [E] é um elemento do saber.

O intradiscurso de uma sequência discursiva aparece assim como o lugar onde se realiza a *sequencialização dos elementos do saber*, onde desnivelção interdiscursiva do [E] é linearizada, provocando um achatamento em uma superfície única de [e] articuladas.

Essa “horizontalização” da dimensão vertical de constituição do enunciado é contemporânea à apropriação por um sujeito enunciadador (doravante, L), que ocupa um lugar determinado no seio de uma FD, de elementos do saber da FD na enunciação do intradiscurso de uma sequência discursiva, esta em uma situação de enunciação dada.

c) Em consequência: discurso e efeitos discursivos

A distinção operada entre nível do enunciado e nível da formulação resulta em certas consequências, no que concerne ao uso em AD dos termos *discurso* e *sujeito*.

Devemos indicar, de fato, que estes termos não denotam objetos dados *a priori*, mas sim objetos a construir: nós não nos autorizamos a falar de discursos que em termos de articulação do plano do interdiscurso e o plano do intradiscurso; qualquer caracterização em termos de funcionamento ou de efeitos discursivos compromete a relação do enunciado com a formulação, da dimensão vertical e estratificada, onde se elabora o saber de uma FD, com a dimensão horizontal, na qual os elementos deste saber se linearizam, tornando-se objetos de enunciação.

O mesmo se aplica ao sujeito: se não existe, do ponto de vista que adotamos, “sujeito de discurso” nulo, nós identificamos, por outro lado, dentro de uma FD, diferentes posições de sujeito que constituem as mesmas modalidades da relação entre o sujeito universal e o sujeito da enunciação (SU / L), do sujeito do enunciado com o da formulação.

Chamaremos de *domínio da forma-sujeito*, seguindo Pêcheux (1975) – o domínio de descrição da produção do sujeito como efeito no discurso; isso equivale a descrever o conjunto das diferentes posições de sujeito em uma FD como modalidades particulares da identificação do sujeito da enunciação com o sujeito do saber, com os efeitos discursivos específicos que lhes são associados.





### 3.3. Construção de procedimentos e resultados

Nós vamos expor aqui, em primeiro lugar, a solução proposta para o tratamento da noção de “condições de produção” do discurso; em seguida, por mais tempo, discutiremos uma proposta para a construção do enunciado como objeto.

#### a) Condições de produção e condições de formação

Poderíamos reformular, em função do quadro teórico que foi descrito, as críticas direcionadas à noção de condições de produção do discurso, indicando que ela opera uma confusão das determinações específicas aos dois planos de descrição explicitados: ao do enunciado e ao da formulação. Por isso, é necessário *dissociar* segundo estes dois níveis e então extrair as consequências quanto à constituição de um *corpus* discursivo que materializa sob a forma de uma montagem determinada as exigências teóricas que requer o conceito de FD.

Precisamos primeiro conceber as determinações específicas ao *nível da formulação*: escolher uma sequência discursiva – enquanto manifestação da realização de um intradiscurso – como ponto de referência a partir do qual o conjunto de elementos do corpus receberá sua organização; relacionar esta sequência discursiva a um sujeito e a uma situação de enunciação determinada; mostrar como o sujeito da enunciação e circunstâncias enunciativas são atribuíveis (referenciáveis) aos lugares dentro dos aparelhos ideológicos de uma determinada conjuntura histórica<sup>10</sup>. Nós chamamos o conjunto de elementos que foram mencionados como as *condições de produção da sequência discursiva da referência*.

No entanto, não podemos parar por aí: é preciso também pensar as determinações específicas ao *nível do enunciado* e as articular aos primeiros. A configuração em sequência de formulações no intradiscurso da sequência discursiva de referência se realiza de fato sob a dependência do processo discursivo inerente à FD que a domina, de *formação discursiva referência* (a FD comunista, neste caso). Tal processo discursivo está sujeito a condições específicas: é sob a dependência do interdiscurso que se constitui o saber próprio a uma FD, em redes estratificadas de formulações onde se formam os enunciados. Deve-se, assim, caracterizar as condições interdiscursivas que dominam o processo discursivo de formação/reprodução/transformação dos enunciados dentro das FD de referência; designaremos tais condições como *condições de formação da FD de referência*.

---

<sup>10</sup> É o texto do *Appel aux chrétiens de France*, pronunciado por G. Marchais em Lyon em 10 de junho de 1976 que adotaremos como “sequência discursiva de referência”.





Estas redefinições controlam a constituição do *corpus* discursivos de modo que é representável a relação do discurso como objeto com dois elementos teóricos essenciais em nossa perspectiva: a questão da *memória histórica* em primeiro lugar, de que o discurso político é o produto; a natureza *heterogênea* e *contraditória* de toda FD em segundo lugar.

Articular as condições de produção e as condições de formação em um corpus discursivo dado consistirá de fato em corresponder à sequência discursiva de referência um *domínio de memória*, ou seja, um conjunto de sequências discursivas que pré-existem à enunciação da sequência discursiva de referência no seio de um processo; é a partir do domínio da memória que será caracterizada a formação dos enunciados e que serão analisados os efeitos que produz, dentro de um processo discursivo, a enunciação de uma sequência discursiva determinada (efeitos de recordação, de redefinição, de transformação, mas também efeitos de esquecimento, de ruptura, de negação do já-dito). Acrescentemos que o domínio da memória consiste em uma “pluralidade contraditória” de sequências discursivas, em que algumas são dominadas pela FD de referência, enquanto que dependente de FD contraditoriamente ligadas a esta última por relações de antagonismo, escoramento, aliança, recuperação... etc...<sup>11</sup>

Só desta forma nos parece que poderemos, a partir das categorias de processo e de contradição, representar a relação ente interdiscurso e intradiscurso, enunciado e formulação, sujeito do saber de uma FD e sujeito enunciator.

b) A construção do enunciado como objeto: o exemplo do enunciado dividido

Assumimos, como um ponto de partida, a presença, no intradiscurso, de formulações manifestas de estruturas sintáticas clivadas, estruturas sobre as quais assumimos a hipótese de que têm o efeito de colocar um elemento X, identificado e localizado, em posição de tema do discurso. Assim:

*A violência, não é de nós que ela vem.*

Tal frase recebe geralmente uma interpretação “contrastiva”. Trata-se, na realidade, nos termos de Gross (1977), por exemplo, de uma “frase contrastiva a um membro”, derivada da forma geral:

---

<sup>11</sup> Assim, no caso diante de nós, o domínio de memória reúne os principais textos do Partido Comunista Francês sobre a política de mão estendida de 1936-1976, juntamente com os textos antagônicos da Doutrina Social da Igreja.



$$P_1 = X A Y / P_2 = X B Y$$

O contraste tem origem na confluência de duas frases P1 e P2; estas duas frases apresentam apenas uma diferença (A/B), A está então em contraste com B. Um dos dois membros dessa forma geral pode ser apagado<sup>12</sup> (o que pode produzir ambiguidade). Podemos, contudo, no caso em questão, reconstruir a parte apagada da formulação por meio de um recurso ao contexto (intra ou interdiscursivo). É o que realmente encontramos nas referências discursivas dominadas pela FD comunista:

*NÃO É de comunistas (mas também de trabalhadores, proletários, do povo...) QUE vem a violência, É do capital (mas também da grande burguesia, dos monopólios, da aristocracia do dinheiro ...) QUE ela vem.*

Esta formulação tem as seguintes características:

- *antagonismo de dois termos (e de seus respectivos sinônimos substitutos) no saber da FD comunista (comunistas, trabalhadores, proletariados vs. capital, burguesia, aristocracia do dinheiro...);*
- *uso contrastivo da cópula de identificação (É / NÃO É);*
- *apagamento possível de um dos dois membros da frase contrastiva;*
- *aplicação de uma transformação de deslocamento + pronominalização possível sobre o membro restante.*

O intradiscurso da sequência discursiva de referência nos serviu como ponto de partida. Se fizermos uma “verificação” no interdiscurso da FD comunista – neste caso, o domínio de memória no qual fazemos figurar certo número de sequências discursivas dominadas pela FD católica – encontraremos lá facilmente um conjunto de formulações que constituem uma rede, com as quais a formulação de referência mantém uma relação interdiscursiva. Para dar a forma geral repetível:

*A violência vem dos comunistas.*

Assinalamos, assim, no interdiscurso, uma oposição entre dois elementos:

---

12 Cf. nota 9



*A violência vem dos comunistas vs. A violência vem do grande capital*, oposição esta que manifesta a contradição entre dois domínios de saber de FD antagonistas.

Na verdade, estamos diante de uma configuração particular de paráfrase discursiva<sup>13</sup> na qual duas formulações, de forma sintática determinada ( $N_1$  V de  $N_2$ ), atribuem valores semelhantes (*a violência, vem de*) a certos lugares desta estrutura e dois valores antagonistas a, pelo menos, um lugar (aqui:  $N_2$ , que apresenta dois valores antagonistas  $\left\{ \frac{x}{y} \right\}$ , neste caso:

$$\left\{ \frac{\text{comunistas}}{\text{grande capital}} \right\}$$

É a presença, no interdiscurso, de uma *configuração de paráfrase discursiva* do tipo:

$$\begin{aligned} [e]_1 &= P \left\{ \frac{x}{y} \right\} \\ [e]_2 &= P \left\{ \frac{y}{x} \right\} \end{aligned}$$

onde  $[e]_1$ ,  $[e]_2$  representam duas formulações pertencentes a FD antagonistas;

- *P* representa um contexto de formulação comum;
- $\left\{ \frac{x}{y} \right\}$  dois valores antagonistas atribuídos a um lugar determinado do esquema sintático dessas formulações; que podem desencadear, no intradiscurso das sequências discursivas dominadas por essas FD, uma *modalidade contrastiva de identificação* sintaticamente realizada por uma frase do tipo *É X QU P* à interpretação contrastiva.

Gostaríamos de retornar agora aos elementos teóricos que nos guiaram até aqui para colocar em evidência, a partir da localização no intradiscurso de formulações do tipo *É X QU P* para a interpretação contrastiva e da construção no interdiscurso da configuração da paráfrase discursiva  $P \left\{ \frac{x}{y} \right\}$  que foi obtida, um modo particular de contato entre o ideológico e o linguístico na ordem do discurso, isto é, na ordem da relação do enunciado com a formulação.

---

13 A noção de “paráfrase discursiva” cobre em AD um procedimento que consiste na construção de classes de equivalência distribucional, de acordo com o método de Z. Harris (1952), que estabelece a relação de substituição de *n* segmentos discursivos num contexto tido como equivalente. Estes segmentos são, então, ditos “em relação de paráfrase discursiva”. A FD pode, assim, ser concebida como um espaço de reformulação-paráfrase.







O discursivo representa bem *no interior do funcionamento da língua os efeitos da luta ideológica*:

- (\*) é a existência de contradições ideológicas que delinea no interdiscurso configurações do tipo  $P\left\{\frac{x}{y}\right\}$  demonstradas acima, em condições formais de distribuição, em um contexto de formulação P determinado, dos constituintes que aparecem em {X, Y}; estes constituintes ocupam uma posição antagônica determinada nos domínios do saber da FD, para que essas contradições se materializem.
- (\*\*) as configurações de uma tal forma coexistem com a presença no conjunto de sequências discursivas pertencentes ao domínio de memória das FD consideradas, de formulações que manifestam certa regularidade lexical e sintática: os constituintes vão ocupar as posições {X, Y, P} onde  $P\left\{\frac{x}{y}\right\}$  são recorrentes nessas formulações; também se pode detectar a ocorrência de formas sintáticas tais como:

É X QU P, MAS NÃO É Y QU P  
É X QU P, MAS É Y QU P<sub>2</sub>  
NÃO É Y QU P  
É X QU P

e de outras formas sintáticas de contraste<sup>14</sup>.  $P\left\{\frac{x}{y}\right\}$  coexiste assim com uma zona de “repetibilidade” determinada no interior dos processos discursivos considerados (recorrência de certos elementos lexicais/ de certas formas sintáticas).

O discursivo manifesta inversamente *a existência da materialidade linguística no interior da ideologia*.

- (\*) assim a expressão  $P\left\{\frac{x}{y}\right\}$  vem, no interdiscurso, materializar a fronteira entre os domínios de saber próprios e as FD antagonistas, indicando, pela não-substitutibilidade dos constituintes que ela põe em oposição nas condições formais de funcionamento da língua, a linha divisória entre o formulável e o não-formulável para cada um dos pro-

---

14 Entre essas outras formas sintáticas de contraste podemos notar: as transformações negativas, as relativas determinativas (que produzem um efeito de clivagem contrastiva sobre seu antecedente), as coordenações de frases por mas ou por ao contrário, certos usos polêmicos de aspas etc.





cessos discursivos na articulação contraditória em que se materializa essa fronteira;

- (\*\*) assim as formulações onde aparecem as estruturas sintáticas que vêm sendo mencionadas têm o efeito, no intradiscurso de uma sequência discursiva, para a identificação contrastiva que operam sobre os elementos de saber antagonistas, de apontar, de designar esta fronteira, de lhe exibir como regra para todo sujeito que deva enunciar ou interpretar tal formulação.

Uma expressão como:

$$\text{A violência vem } \left\{ \begin{array}{c} \text{de comunistas} \\ \text{do grande capital} \end{array} \right\}$$

constitui, portanto, um enunciado. Chamamos este enunciado de enunciado dividido e lhe atribuímos a forma geral  $[E] = P\left\{\frac{x}{y}\right\}$ . Enumeramos a seguir algumas características e condições contíguas a essa forma.

{X, Y} representam *posições referenciais*, no contexto de formulação P, ocupadas, no interior de um processo discursivo dado (e/ou nos dois – ou possivelmente vários – processos discursivos), por dois conjuntos de elementos que tomam um valor antagônico no interior do processo discursivo (e/ou nos dois – ou vários – processos discursivos contraditoriamente ligados).

Nós chamamos esses conjuntos de elementos de *clases referenciais*.

São:

$$X = \{a, b, c, d, \dots\}$$

$$Y = \{f, g, h, i, \dots\}$$

$$\text{de tal modo que temos } \left\{\frac{a}{f}\right\}, \left\{\frac{b}{g}\right\}, \left\{\frac{c}{h}\right\}, \left\{\frac{d}{i}\right\} \dots$$



$P\left\{\frac{x}{y}\right\}$  recebe assim a interpretação: “os elementos (morfemas, sintagmas, formulações) em posições referenciais {X, Y} no contexto de formulação P não são comutáveis.”

Para que  $P\left\{\frac{x}{y}\right\}$  constitua um enunciado, ou seja, uma “forma indefinidamente repetível”, podendo dar lugar às enunciações dispersas no seio de um processo discursivo, será necessário:

- (\*) que os conjuntos de elementos que venham ocupar as posições {X, Y, P} sejam *recorrentes* e *co-ocorrentes* em um conjunto de formulações no interior do processo discursivo. Se a construção de  $P\left\{\frac{x}{y}\right\}$  foi possível no exemplo desenvolvido, é porque foi possível identificar a recorrência de certos elementos (*a violência, vem de,...*) e a sua co-ocorrência em uma estrutura determinada, das *formas de invariância* que se repetem no processo discursivo.

Assim  $N_1$  V de  $N_2$

## VIOLÊNCIA VEM DE COMUNISTAS.

Chamaremos essa forma de invariância: *base de formulação*; as propriedades de “repetibilidade” das bases de formulação (recorrência e co-ocorrência em um processo discursivo) são designadas como elementos *pré-construídos* do discurso. {PX/PY} representam duas bases de formulação, cuja configuração em uma forma determinada produz um enunciado. Portanto, podemos redefinir o enunciado *como forma pré-construída da articulação de elementos pré-construídos do discurso*.

(\*\*)  $P\left\{\frac{x}{y}\right\}$  é uma *condição de ocorrência* de formulações da forma É X QU P / ESTE QU P É X/ X É ESTE QU P e de outras formas sintáticas que marcam o contraste, no intradiscurso, de sequências discursivas dominadas pela FD onde  $P\left\{\frac{x}{y}\right\}$  é um elemento de saber, bem como uma *condição de interpretação* dos efeitos de sentido relacionados com o funcionamento contrastivo dessas formas.

A existência de  $P\left\{\frac{x}{y}\right\}$  determina as *condições de reformulação* no interior do processo de discursivo e determina a ele uma zona de “repetibilidade”.



Chamamos de zona de “repetibilidade” em um processo de discurso as formulações ou sequências de formulações onde podemos identificar os efeitos da existência de  $P\left\{\frac{x}{y}\right\}$ , isto é, onde as condições (\*) e (\*\*) são preenchidas.

$P\left\{\frac{x}{y}\right\}$  se inscreve numa relação determinada entre interdiscurso e intradiscurso no processo discursivo inerente a uma FD; essa relação *funciona como regra* para o processo discursivo.

A essa regra podemos dar a forma de uma *implicação recíproca*, que dá conta da forma de coexistência dos objetos que figuram no plano do interdiscurso (enunciados) e no plano do intradiscurso (formulação). A forma da regra será:

$$P\left\{\frac{x}{y}\right\} \longleftrightarrow \text{É X QU P/NÃO É Y QU P}$$

Esta regra (no sentido de regularidade existente no *corpus*) opera, para a zona de “repetibilidade” que nos interessa aqui, a divisão entre o formulável e o não-formulável, fixa os limites da “aceitabilidade discursiva”, garantindo assim o fechamento de um domínio do saber.

Concluimos este conjunto de desenvolvimentos em dois pontos: a questão do sujeito, em primeiro lugar, e um retorno sobre a definição de enunciado, especificando este como o que não se encontra na AD.

#### 4. PARA CONCLUIR: A PROPÓSITO DO SUJEITO E DO ENUNCIADO

4.1. A definição de uma posição de sujeito. A zona de funcionamento discursivo ligada ao enunciado dividido se caracteriza pelo fato de que os efeitos discursivos que ali localizamos entram no registro do funcionamento polêmico do discurso: a reformulação, por um sujeito enunciador, no intradiscurso, de uma forma de enunciar  $P\left\{\frac{x}{y}\right\}$  se realiza por meio das formas linguísticas da refutação.





Assim, podemos tirar, da descrição do enunciado dividido que acaba de ser feita, as seguintes consequências para a questão do sujeito:  $P\left\{\frac{x}{y}\right\}$  representa bem, como um elemento de saber, uma expressão referente ao *sujeito universal* da FD; o enunciado atribui uma forma determinada àquilo que designamos como a *exterioridade do enunciável* para um sujeito.

Esta forma é particular, no caso do enunciado dividido, que manifesta a relação entre dois sujeitos de saber antagonistas, o que podemos notar, por analogia com a forma do enunciado:  $\left\{\frac{SU_1}{SU_2}\right\}$ , no sentido de que PX é uma expressão referente a  $SU_1$  e PY uma expressão referente a  $SU_2$ .

Se uma *posição de sujeito* se define como uma relação de identificação do sujeito enunciator com o sujeito universal de uma FD, a especificidade da posição de sujeito no funcionamento polêmico do discurso é que essa identificação, através da qual um sujeito falante é interpelado/constituído em sujeito ideológico, efetua-se em um lugar demarcado por uma contradição.

E se o domínio da *forma-sujeito* constitui bem o domínio da descrição do sujeito como efeito no discurso, por intermédio das diferentes posições de sujeito identificadas em uma FD, nós podemos notar que:

$$\left\{\frac{SU_1}{SU_2}\right\} \longleftrightarrow \text{É X QU P/NÃO É Y QU P}$$

A posição de sujeito “polêmico” como elemento de descrição da forma sujeito na FD.

#### 4.2 O enunciado em discurso

Algumas notas, enfim, sobre o que não pode ser o enunciado numa perspectiva *especificamente discursiva*.





Um esquema geral como  $P\left\{\frac{x}{y}\right\}$  não seria assimilado a uma forma de base em que as estruturas de superfície da frase  $\text{É X QU P}$  poderiam ser derivadas da interpretação contrastiva; o interdiscurso não pode desempenhar, assim como o intradiscurso, o papel de uma estrutura profunda (não mais do que uma “macroestrutura textual”) a partir do qual podemos considerar a geração do intradiscurso como “texto”. Da mesma forma, a regularidade mostrada acima não é uma regra de geração.

Se a existência de enunciado é distinta daquela da frase ou do texto, ela também não se configura como uma proposição lógica. Uma forma tal que  $P\left\{\frac{x}{y}\right\}$  não é um axioma, ou um objeto abstrato a partir do qual poderiam ser aplicadas regras de dedução. Ao contrário, X, Y são posições referenciais que não conduzem a questões sobre o valor de verdade das expressões que podem lhe figurar.

Nem o “significado”, nem a “referência”, no sentido lógico deste termo, são os objetos de discurso com que AD se preocupa, mas sim suas formas de *coexistência material* nos processos onde se constitui o saber das FD.

O conjunto de negações formuladas designa, contudo, a existência do enunciado como um lugar problemático de nossa abordagem. Essas negações têm suas razões, no sentido de que nossa intenção é dar um estatuto específico aos objetos (FD, enunciado, formulações...), o qual lhes “faça existir” fora das representações linguísticas ou lógicas, em que eles fluam espontaneamente. Tateando o caminho, contaminado com o empirismo, que tomo emprestado aqui e ali, condenado a apenas lidar com objetos concreto-abstratos, produtos de generalizações a partir de observações empíricas.

A Análise do Discurso nos parece no momento destinada a seguir este caminho difícil se ela deseja constituir o discurso como objeto, desviando-se das considerações externas sobre uma problemática da língua ou da lógica.



## Referências

---

- ALTHUSSER, L. *Positions*. Paris: Hachette, 1975.
- COURTINE, J.J. (1979). «Mémoire et discours», à paraître dans *Texte et Institution*. Montréal: Hurtubise, 1982.
- \_\_\_\_\_. «Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse de discours, à propos de discours communiste adressé aux chrétiens», dans *Langages*, no 62, Paris: Didier/Larousse, 1981, p. 9-128.
- COURTINE, J.J. et LECOMTE, A. «Formation discursive et énonciation», dans *Théorie et pratique de la sociolinguistique*. Université de Rouen, 1980.
- COURTINE, J.J. et MARANDIN, J.M. «Quel objet pour l'analyse du discours?» dans *Matérialités Discursives*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1982.
- FOUCAULT, M. *L'archéologie du savoir*. NRF, Paris: Gallimard, 1969.
- GUILHAUMOU, J. et MALDIDIER, D. «Courte critique pour une longue histoire», dans *Dialectiques*, no 26. Paris, 1979.
- GROSS, M. «Une analyse non présuppositionnelle de l'effet contrastif: l'extraction dans c'est... que et la négation», dans *Linguisticae Investigationes*, I: 1, J. Benjamins, Amsterdam, 1977.
- HARRIS, Z.S. «Discourse analysis», dans *Language*, vol. 28, p. 1-30; trad. française dans *Langages*, no 13, mars 1969, Paris: Didier/Larousse, 1952.
- HENRY, P. «Constructions relatives et articulations discursives» dans *Langages*, no 37, Paris: Didier/Larousse, 1975.
- LABBE, D. *Le discours communiste*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des sciences politiques, 1977.
- MARCELLESI, J.B. «Analyse de discours à entrée lexicale», dans *Langages*, no 41, Paris: Didier/Larousse, 1976.
- PECHEUX, M. *Les vérités de la Palice*. Paris: Maspéro, 1975.
- PÊCHEUX, M., HAROCHE, C. et HENRY, P. «La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours» dans *Langages*, no 24, Paris: Didier/Larousse, 1971, p. 93-106.
- PÊCHEUX, M. et FUCHS, C. «Mises au point et perspectives à propos de l'AAD» dans *Langages*, no 37. Paris: Didier/Larousse, 1975, p. 7-80.